

A construção de fronteiras na Região Platina pela historiografia do século XIX e princípios do século XX

Eduardo Scheidt
USS

Neste trabalho, analisamos diversas representações de nação na produção historiográfica da Região Platina¹. Em outras palavras, pretendemos verificar como distintos autores, desde meados do século XIX até meados do século XX, retrataram a construção das nações na região. A origem da nação é uma das questões mais recorrentes e controversas na historiografia rio-platense. Na Argentina, por exemplo, a questão passou a ser rediscutida a partir das pesquisas renovadoras do historiador José Carlos Chiaramonte (1991b), que lançou a tese de que as nacionalidades latino-americanas, ao contrário do que a historiografia costumava afirmar até então, seriam inexistentes na época da independência e primeiras décadas posteriores. O autor tece inúmeras críticas à produção historiográfica anterior, que costumava apontar as independências como o marco do surgimento das nacionalidades. Para Chiaramonte, isto não passaria de um “mito das origens” das nações na América Latina.

Com seu território atualmente fazendo parte de três países distintos, a Região Platina foi abordada pelos estudos históricos, via de regra, dentro dos limites nacionais atuais, ou seja, de forma fragmentada pela historiografia tradicional tanto da Argentina,

¹ A “Região Platina”, nosso espaço de análise, corresponde aos atuais territórios do Uruguai, do pampa argentino e da campanha sul-rio-grandense. Fundamentamo-nos no conceito de região desenvolvido pelas historiadoras Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind, em sua obra *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. (Reichel; Gutfreind, 1996). Conforme as autoras, aqueles territórios constituíam-se, na época colonial, em uma unidade econômica, social e cultural, denominada de “Região Platina”. A região começou a se fragmentar a partir do final da era colonial, quando o escravismo expandia-se no Rio Grande do Sul, enquanto a área de colonização espanhola avançava na transição ao capitalismo. Após a independência, com o início do processo de formação dos novos Estados, a fragmentação da Região Platina acentuou-se. Segundo Reichel e Gutfreind, entretanto, manteve-se a unidade em torno da cultura popular, com hábitos, costumes e valores comuns, tornando o uso do conceito de Região Platina pertinente, mesmo para períodos posteriores ao colonial. Além da manutenção destes elementos da cultura popular, contatos entre as populações rio-grandenses e rio-platenses, especialmente no que se refere às relações comerciais e políticas, foram constantes ao longo do período de nossa investigação. O uso do conceito de região, desta forma, rompe com a prática predominante da historiografia de limitar os estudos no interior do espaço delimitado pelas fronteiras nacionais. A história regional tem demonstrado que, muito além do que uma demarcação de limites, a fronteira é um espaço de intercâmbios comerciais, humanos, de idéias, em que as sociedades estabelecem trocas mútuas.

do Uruguai como do Rio Grande do Sul e do Brasil. Neste sentido, projetava-se para tempos passados bastante remotos a existência das nacionalidades argentina, uruguaia e brasileira no interior da Região Platina.

Em relação às fundamentações teórico-metodológicas, um dos conceitos fundamentais para nossa análise do objeto é o de “representação”. Embora ainda em construção, este conceito vem sendo cada vez mais utilizado em várias áreas do conhecimento, entre as quais a história política². No campo da história cultural, consideramos bastante relevante o conceito de representação fundamentado por Roger Chartier (1990). Para este autor, as representações estão conectadas com interesses de grupos sociais:

A história cultural, tal como entendemos, tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. [...].

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (p. 16 -17).

A citação é acima é crucial para uma adequada análise da produção historiográfica. No contexto do século XIX, em que a historiografia aspirava à condição de produção científica, os historiadores apresentavam suas obras como expressão da realidade. Entretanto, muitos destes historiadores estavam comprometidos com o processo de construção das nacionalidades, inseridos em distintos projetos de nação. Neste sentido, entendemos que as obras daqueles autores se constituem em representações da realidade, forjadas a partir de seus interesses político-ideológicos.

As representações, assim, entrelaçam-se com as lutas políticas. Elas têm um relevante papel nos atos de persuasão sobre o conjunto da sociedade, tendo como intuito conquistar um maior número adeptos para determinadas concepções. Sobre esta questão, Chartier também afirma que:

² Cf. Maria Helena Rolim Capelato; Eliana Regina de Freitas Dutra (2000). As autoras dividem o texto em duas partes. Primeiramente, analisam as fundamentações teóricas mais frequentes entre os autores que utilizam o conceito de representação política, inclusive recorrendo a outras áreas do conhecimento, tais como a lingüística, a antropologia e a filosofia política. Capelato e Dutra também estabelecem relações entre a utilização do conceito de representação com o de imaginário. Na segunda parte, as autoras analisam o uso do conceito de representação política na produção historiográfica brasileira recente, concluindo que o mesmo ainda está em construção.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (id., *ibid.*: 17).

Compartilhamos com o autor a perspectiva que as lutas de representações são tão importantes quanto as econômicas³. Entendemos também que a produção historiográfica é um dos recursos em que os agentes sociais do século XIX se utilizaram nas lutas políticas pela implementação dos projetos de construção nacional.

Outras referências que consideramos fundamentais para análise de obras historiográficas são as reflexões de Michel de Certeau (1976) em seu texto *A operação histórica*. Utilizando o termo história no sentido de historiografia, o autor parte do pressuposto de que a história é uma prática, uma disciplina e seu resultado é um discurso (p. 41). Ainda conforme o autor, há muito tempo já se superaram as pretensões positivistas de se reconstituir a história tal e qual se passou e se admitem, de longa data, as interferências da subjetividade do historiador na produção do conhecimento histórico.

Devido à questão da subjetividade, a história é sempre relativa. Certeau afirma que “A ‘relatividade histórica’ compõe dessa forma um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as de pensadores que se fazem passar por historiadores (p. 19)”. Para melhor analisar uma determinada obra historiográfica, pois, é preciso analisar também o seu historiador, o seu tempo e o seu lugar na sociedade.

Além da questão da subjetividade do historiador, é fundamental para Certeau também a questão do lugar da produção histórica. Assim, o trabalho do historiador está inserido numa determinada instituição de estudo ou ensino, num grupo de letrados, etc. (p. 18). E é impossível analisar o discurso historiográfico independente da instituição em função da qual ele é construído (p. 22). E mais ainda: “Da reunião de documentos à

³ Isto não significa afirmar, entretanto, que haja um determinismo simplista. Nosso entendimento é que há uma complexa interação entre as representações e os demais componentes da realidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que as primeiras agem sobre a segunda, elas são elaboradas em sintonia com elementos econômicos, sociais e políticos de uma determinada sociedade em uma conjuntura. Além disso, as representações são elaboradas por indivíduos ou grupos a partir do lugar que eles ocupam numa sociedade, conforme seus distintos interesses, sua classe social, as visões de mundo de sua época.

redação do livro, a prática histórica é totalmente relativa à estrutura da sociedade (p. 25)”.

Para nossa pesquisa faz-se igualmente fundamental uma reflexão sobre o conceito de “fronteira”. Jean Chesneaux (1984) distingue duas formas distintas de se conceituar fronteira:

En el primer caso, es una zona de intercambios comerciales y humanos, de estatuto político impreciso; [...]. Es la “frontera-zona”, dicen los geógrafos. En el segundo caso, se pasa a la “frontera-línea”, a uma delimitación estricta, en función de las exigencias estatales más extremadas, [...], cada metro cuadrado, cada individuo se atribuye a la soberanía de un estado o del outro. (p. 183).

Conforme já explicitado no início deste projeto, nosso entendimento é que os atuais territórios da campanha sul-rio-grandense, do Uruguai e do pampa argentino, constituíam uma unidade no período de sua formação histórica denominada Região Platina. As fronteiras que se constituíam, pois, eram “fronteiras-zona”, pois se caracterizam por um constante fluxo populacional, trocas comerciais e de idéias, bem como mútuas influências diversas. Entretanto, os projetos políticos nacionais visavam fragmentar o território da região, constituindo as “fronteiras-linhas”. As representações historiográficas do século XIX, segundo nossa perspectiva, contribuíram para a construção (no campo das representações) das fronteiras-linha, ignorando ou minimizando as práticas de intercâmbios e influências recíprocas diversas, ou seja, as realidades das fronteiras-zonas.

No caso argentino, o tema apareceu na historiografia precocemente, ainda no século XIX, nas obras de Bartolomé Mitre (1927) publicada em 1856 e, posteriormente, em Vicente Fidel López (1920), original de 1898. Em sua *Historia de Belgrano*, Mitre localizou as origens da nação argentina ainda na época colonial. Os sentimentos nacionalistas e em prol da independência do povo argentino, segundo o autor, tornaram-se mais explícito em finais do século XVIII, fortalecendo-se com os processos revolucionários de 1810 e 1816, bem como durante o colapso do regime colonial em 1820. A partir de então, inaugurou-se um período de “democracia genial”, embrionária e anárquica, que lentamente passaria por etapas da construção da nação, a qual, em última instância, já estava pré-configurada desde o período colonial (Mitre, 1927, p. 15).

Já o livro de Vicente Fidel López (1920), publicado pela primeira vez em 1898, pode ser considerado como um dos clássicos da concepção nacional da historiografia liberal argentina. O autor sistematizou a tradicional tese de que a nação argentina foi fundada já no momento da independência, mas sua organização política teria sido “retardada” pela ação dos “caudilhos”. Segundo o autor, logo após o movimento de maio de 1810, todas as províncias “argentinas” e do Alto Peru colocaram-se sob a liderança da Junta de Buenos Aires (López, 1920, p. 241). O Congresso de Tucuman, em 1816, declarou a total independência das Províncias Unidas do Rio da Prata e é, na concepção de López, o marco fundador da nação argentina. O autor ainda referia-se aos unitários como liberais ou “partido nacional”, enquanto os federalistas eram denominados de “anarquistas”, responsáveis pelas “desgraças” e “decadências” argentinas vividas durante o século XIX (López, 1920, p. 575).

Este “mito das origens”⁴ continuou presente entre os historiadores da chamada corrente revisionista. Os autores deste grupo se opuseram ao tratamento dado pelos historiadores liberais aos “caudilhos” e aos federalistas. Os revisionistas se caracterizaram pela reabilitação de figuras até então estigmatizadas, em especial do governador da província de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. Os líderes rurais e o “caudilhismo” passam a ser valorizados, condenando-se os unitários por seus vínculos com os europeus.

Um dos primeiros revisionistas é Ernesto Quesada (1923), que publica *La época de Rosas* em 1898. Embora ainda reconheça o autoritarismo de Rosas e a utilização do terror, Quesada considera o governador bonaerense como autêntico representante da “evolução social argentina” e responsável por “tirar o país da anarquia”. Os unitários, por sua vez, são tratados pelo autor como “traidores da pátria”, devido a suas alianças com potências estrangeiras.

Já Manuel Galvez (1940), isenta Rosas de qualquer característica negativa. O autor critica os historiadores liberais que vêem “barbárie” onde existiria “amor à terra”. Sob esta ótica, Rosas seria o “autêntico representante da nacionalidade argentina”, por

⁴ O termo é empregado por José Carlos Chiaramonte que defende a tese da inexistência de nações no momento das independências e nas décadas imediatamente posteriores. As nações supostamente fundadas com as proclamações de independência, portanto, seriam apenas um mito criado pela historiografia tradicional.

ter assegurado a independência nacional, enfrentado países estrangeiros e organizado o país ao restabelecer a ordem e acabar com a “anarquia”.

Apesar de suas desavenças em relação ao tratamento dado a unitários e federalistas, o papel dos “caudilhos” na história, entre outros aspectos, autores tanto da historiografia liberal como da revisionista são unânimes em apontar o surgimento da “nação argentina” concomitante com a independência do país.

A perspectiva da nação argentina como precocemente existente é uma característica até entre destacados autores que procuraram dar versões distintas do processo histórico argentino, equidistantes do posicionamento liberal ou revisionista. Mencionamos, entre estes, o historiador José Luis Romero (1987) e sua obra *Las ideas políticas en Argentina*, cuja primeira edição foi lançada em 1946. Ao procurar não se posicionar a favor dos unitários ou dos federalistas, o autor argumentou que nos vinte primeiros anos após a independência, houve o confronto entre duas grandes correntes de idéias. Uma das correntes seria a da “democracia doutrinária”, identificada com os “unitários”, que aderiram a idéias européias, contrapondo-se à “democracia inorgânica”, corrente dos “federais” e “caudilhos”, os quais interpretariam as idéias de República e federação a sua maneira. No que tange à questão da nacionalidade, manteve-se a postura das historiografias liberal e revisionista, uma vez que, segundo Romero, analisando-se as estruturas econômico-sociais, a vida cotidiana e as idéias ao longo da história, constatar-se-ia que a era colonial já seria “argentina” (Romero, 1987, p. 13).

No caso da historiografia tradicional uruguaia, há uma divisão entre autores que, de modo semelhante aos colegas argentinos, defenderam a existência de uma nacionalidade preexistente e historiadores que, ao invés de sentimento nacional, preferiram falar em “autonomia” do território que hoje constitui o Uruguai.

No primeiro caso, citamos o exemplo de Pablo Blanco Acevedo (1975) e sua obra *El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad*, publicada em 1929. O autor localizou no interior das cidades da era colonial, em especial em Montevideú, as origens da nacionalidade uruguaia. A vida autônoma na cidade teria forjado um sentimento de independência que seria o fundamento do sentimento nacional no Uruguai. Uma concepção semelhante à de Blanco Acevedo encontramos em Juan Pivel Devoto, outro destacado historiador uruguaio. Este autor defendeu a tese de que:

“A nacionalidade uruguaia está prefigurada desde as origens da nossa formação social.” (Pivel Devoto apud Pimenta, 2002, p. 37).

Entre os historiadores que preferiram falar de autonomia ao invés de nacionalidade, destacamos a obra de Alberto Zum Felde (1963), pela primeira vez impressa no ano de 1920. Segundo o autor, este “sentimento autonomista” se originou na cidade de Montevideú, ainda no período colonial, devido a rivalidades econômicas com o porto de Buenos Aires. Também afirmou que o autonomismo foi o germe do federalismo de Artigas, que propôs a união nacional do território rio-platense com concessão de total independência às províncias. Ainda segundo o autor, os orientais, por ocasião do movimento revolucionário de 1825, desejaram a união com as outras províncias do Rio da Prata, respeitando-se as autonomias locais, e não uma república separada (Zum Felde, 1963, p. 101).

No Rio Grande do Sul, ainda que não tenha se constituído em país independente, a historiografia tradicional foi igualmente bastante calcada pelo nacionalismo. Neste caso, a tendência majoritária era ressaltar os vínculos dos sul-rio-grandenses com o Brasil, atribuindo-lhes sentimentos nacionalistas brasileiros desde sua formação histórica, minimizando e/ou negligenciando os laços e intercâmbios com a área platina.

A historiadora Ieda Gutfreind (1992), ao analisar a historiografia tradicional rio-grandense, dividiu-a em duas grandes correntes. Uma, denominada de “matriz lusitana”, era composta de historiadores que viam a história do Rio Grande do Sul unicamente sob a ótica luso-brasileira, negando quaisquer tipos de vínculos com o Prata. A “matriz platina”, embora igualmente defendesse a identidade brasileira do território, admitia contribuições espanholas e rio-platenses para a formação histórica do Rio Grande do Sul. Ambas correntes, entretanto, analisavam a história do estado sulino como isolada ou integrada à brasileira, sem admitir a perspectiva da possibilidade de inserção do atual território sul-rio-grandense em uma área mais ampla, a Região Platina.

A partir da década de 1920, a historiografia foi fortemente reforçada pela matriz lusitana. Em tempos de nacionalismo exaltado, era necessário criar uma identidade exclusivamente brasileira do Rio Grande do Sul. Conforme Gutfreind, esta perspectiva se tornou hegemônica, demarcando a maior parte da produção historiográfica desde os anos 20 até a década de 1970 (Gutfreind, 1992, p. 145). Nesta perspectiva historiográfica, o Rio Grande do Sul era visto como parte da nação brasileira desde o

princípio, projetando sentimentos nacionalistas brasileiros do século XX para os rio-grandenses do início do XIX.

Embora predominante, a matriz lusitana nunca deixou de ser contestada, sendo a historiografia sobre a Revolução Farroupilha o grande cenário da acirrada disputa entre os dois discursos historiográficos rivais. Questões como “separatismo” ou “não separatismo” dos Farrapos, bem como suas relações (ou ausência de) com facções políticas dos países platinos nortearam o debate historiográfico entre as duas correntes.

Alfredo Varela, autor que até hoje mais pesquisou sobre a Revolução Platina, foi o principal representante da matriz platina. No conjunto de suas obras publicadas antes de 1930 (Varela, 1915; 1919; 1929), o autor ressaltou os laços dos rio-grandenses com os vizinhos platinos.

Quem deu início à versão rival foi Aurélio Porto, em suas notas na publicação, a partir de 1933, da documentação do processo contra os Farrapos (Porto, 1933; 1934; 1935; 1937). Em seus escritos, o autor comentava que a Revolução Farroupilha foi um movimento brasileiro, assim como as demais revoltas nas províncias do Nordeste, sendo que os republicanos rio-grandenses não pretenderiam se separar do Brasil, embora os documentos publicados juntamente com as notas sugerem uma leitura contrária. Seguindo as diretrizes de Aurélio Porto, outros autores reforçaram esta perspectiva, como Emílio Fernandes de Souza Docca (1935), Dante de Laytano (1936) e Walter Spalding (1936).

Tanto Alfredo Varela como seus opositores trabalharam, mesmo sob diferentes nuances, com a perspectiva de que os farroupilhas já teriam claros projetos nacionalistas. Seja para construção de uma nação independente ou para integrar à nação brasileira, a grande maioria dos historiadores tradicionais atribuíram aos Farrapos conceitos de nação que só se tornaram efetivos em momentos históricos posteriores. Sobre a questão nacional, pois, podemos afirmar que a historiografia sul-rio-grandense tradicional é, à exemplo das argentina e uruguaia, igualmente calcada pelo “mito das origens”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BLANCO ACEVEDO, Pablo. *El gobierno colonial en el Uruguay y los orígenes de la nacionalidad*. Montevideu: Biblioteca Artigas, 1975 [1929].
- BOTANA, Natalio. *La libertad política y su historia*. Buenos Aires: Sudamericana, 1991.
- BUCHBINDER, Pablo. La historiografía rioplatense y el problema de los orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*, n.º 69. Montevideu: CLAEH, 2.ª série, año 19, 1994.
- CAETANO, Gerardo. Identidad nacional e imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo (comp.). *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* Montevideu: Ediciones Trilce, 1992, p. 75-96.
- CERTEAU, Michel de. “A operação histórica”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 17-48.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHESNEAUX, Jean. *¿Hacemos tabla rasa del pasado? A propósito de la historia y de los historiadores*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1984.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- _____. *Mercaderes del Litoral: economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991a.
- _____. *El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana*. Cuadernos del Instituto Ravignani, n. 2. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, 1991b.
- _____. El problema de los orígenes de los estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Anos 90. Revista do curso de pós-graduação em História*. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 1, p. 49-83, 1993.
- DEVOTO, Fernando; NORA, Pagano. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (comp.). *La invención de la nación: lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2000.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de história nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

- GALVEZ, Manuel. *Vida de Don Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires: Imprenta Lopez, 1940.
- GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- _____. La “identidad nacional” en el Río de la Plata post-colonial: continuidades y rupturas com el antiguo régimen. *Anuario del IEHS “Prof. Juan C. Grosso”*, n. 12. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, p. 109- 122, 1997.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *De la revolución de independencia a la confederación rosista: historia argentina*, t. 3. 4. ed. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viajem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175.
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1983 [1936].
- LÓPEZ, Vicente Fidel. *Manual de historia argentina*. Buenos Aires: Vaccaro, 1920. [1898].
- MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la independencia argentina*. Buenos Aires: La Facultad, 1927 [1856].
- PIVEL DEVOTO, Juan E. *Historia de los partidos y de las ideas políticas en el Uruguay*. Montevidéo: Editorial Rio de la Plata, 1956.
- PORTO, Aurélio. Notas ao processo dos farrapos. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, v. 1, 1933, v. 2, 1934, v. 3, 1935, v. 4, 1937.
- QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria: historia y política en la Argentina*. Buenos Aires: Emencé, 1995.
- QUESADA, Ernesto. *La epoca de Rosas*. Buenos Aires: Talleres S.A. Casa Jacob Peuser, 1923 [1898].
- RAMOS MEJÍA, Héctor G. *Historia de la nación argentina*. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1945. 2 v.
- REAL DE AZÚA, Carlos. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevidéo: Arca Editorial, 1990.
- REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

- ROMERO, José Luis. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1987 [1946].
- SCHEIDT, Eduardo. *Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.
- _____. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. *Revista de História*. (Revista do Departamento de História da Universidade de São Paulo). N.º 147. São Paulo: USP, p. 189-209, 2002.
- SPALDING, Walter. *A revolução farroupilha*. São Paulo/Brasília: Cia. Editora Nacional/UnB, 1982 [1936].
- VARELA, Alfredo. *Duas grandes intrigas*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919. 2 v.
- _____. *História da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 v.
- _____. *Política brasileira: interna e externa*. Porto: Livraria Chardron, 1929. 2 v.
- _____. *Revoluções cisplatinas: a República Rio-Grandense*. Porto: Livraria Chardron, 1915. 2 v.
- ZUM FELDE, Alberto. *Proceso histórico del Uruguay*. 4. ed. Montevidéo: Universidad de la República, 1963 [1920].